



Graça Martinho
Professora da FCT NOVA e investigadora do MARE

Desde a década de 70 que a política de resíduos da União Europeia (UE) tem sido direcionada para a prevenção, reutilização e reciclagem, o conhecido conceito da hierarquia de gestão dos resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos negativos que podem ter para o ambiente e a saúde pública e, mais recentemente, alinhada com as estratégias de redução do consumo de recursos naturais e da emissão dos gases com efeito de estufa.

O Pacto Português para os Plásticos

Ao longo destas últimas décadas a hierarquia dos resíduos tem-se revelado como um dos princípios mais consensuais da política de resíduos e tem sido sucessivamente introduzida nos vários planos e estratégias de gestão de resíduos de todos países europeus. Contudo, a sua aplicação na prática, em especial a prevenção e a reutilização, tem-se revelado difícil, pouco eficiente e eficaz. As estatísticas dos resíduos assim o provam, com avanços que, embora positivos, não conseguem a rapidez necessária face à urgência de redução do consumo das matérias-primas, da poluição e da salvaguarda da saúde humana e dos ecossistemas. Veja-se o caso de Portugal: passada a crise económica, a produção de resíduos voltou a crescer e as taxas de recolha seletiva mantêm-se praticamente estagnadas há vários anos.

Nos últimos anos, devido aos alertas dos investigadores sobre o problema dos plásticos e microplásticos nos oceanos e à crescente sensibilização da opinião pública para a problemática do problema global do lixo marinho, a questão dos plásticos adquiriu uma dimensão política, social e económica sem precedentes, impulsionando a União Europeia (UE) a tomar medidas sobre os plásticos, de que são exemplos a Estratégia Europeia sobre Plásticos (2018) e a Diretiva dos Plásticos de Uso Único (A Diretiva (UE) 2019/904).

Contudo, problemas globais como este do lixo marinho não se resolvem de forma pontual, dentro das fronteiras de um país ou região, ou apenas com o esforço de um dos elementos da cadeia de valor dos plásticos. É frequente ouvir-se os ambientalistas a colocarem as culpas nos produtores de plásticos e retalhistas, e os produtores de plástico a culparem os consumidores pelos seus comportamentos de abandono dos plásticos no ambiente ou não colocação nos sistemas de reciclagem. Não adianta muito colocar as culpas uns sobre os outros, pois em relação ao lixo marinho

todos somos simultaneamente cúmplices e vítimas.

É por isso que quero aqui destacar uma importante e promissora iniciativa nacional - o Pacto Português para os Plásticos (PPP), cujo evento de lançamento se realizou no passado dia 4 de fevereiro de 2020, no Auditório da EDP (Lisboa).

O PPP integra-se na rede global de Pactos para os Plásticos, no âmbito do New Plastics Economy Global Commitment, uma iniciativa lançada em outubro de 2018 pela Fundação Ellen MacArthur, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O objetivo é apoiar as instituições e as empresas para as mudanças reais para uma economia circular do plástico, com base numa abordagem sistémica de todo o ciclo de vida dos plásticos, que permita a eliminação de plásticos problemáticos ou desnecessários, a inovação para a circularidade dos plásticos e a eliminação da poluição por plásticos. Esta iniciativa da Fundação Ellen MacArthur teve rapidamente uma grande adesão por parte de várias entidades e empresas de vários países. O balanço do 1º ano revela aspetos positivos e bastante promissores (<https://www.newplasticseconomy.org/assets/doc/Global-Commitment-2019-Progress-Report-Summary.pdf>).

Em Portugal, o PPP é liderado pela Associação Smart Waste Portugal (ASWP) e integra 55 membros fundadores, 25 empresas (reta-



© WIMMENSE / PINKSABAY

listas, marcas de alimentos, bebidas e outros produtos, indústria transformadora, recicladores, operadores de gestão de resíduos) e 30 entidades (universidades e centros de investigação, organizações sem fins lucrativos, associações empresariais e algumas autarquias). O PPP é apoiado institucionalmente por três ministérios (Ministério do Ambiente e Ação Climática, do Ministério da Economia e Transição Digital e do Ministério do Mar), e teve o alto patrocínio da Presidência da República.

Os subscritores deste Pacto comprometeram-se a atingir, até 2025, metas muito mais ambiciosas do que as impostas pela UE, designadamente:

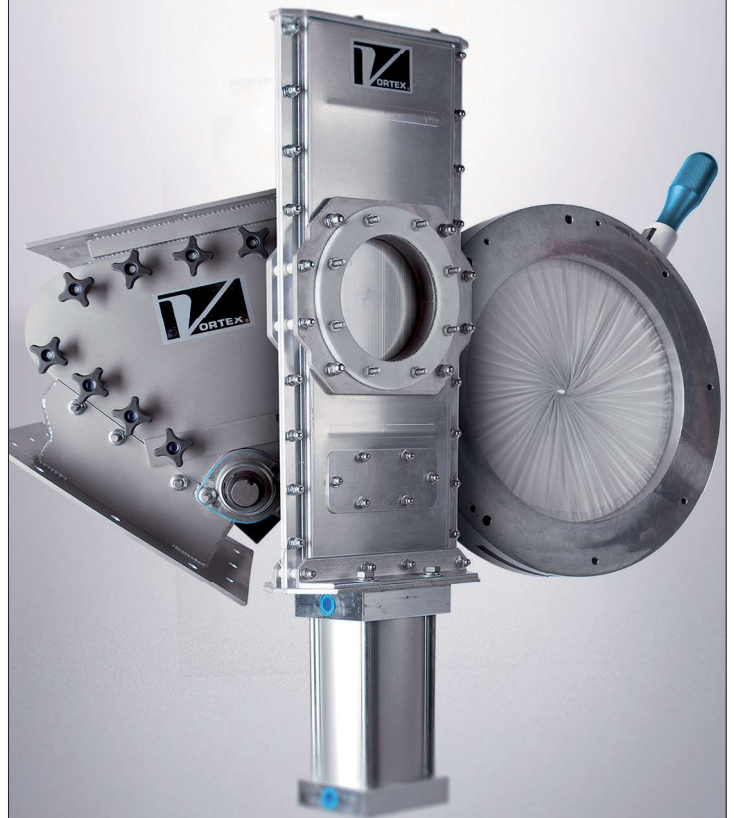
- Definir, até 2020, uma listagem de plásticos de uso único considerados problemáticos ou desnecessários e definir medidas para a sua eliminação até 2025, através de redesenho, inovação ou modelos de entrega alternativos (reutilização);
- Garantir que 100% das embalagens de plástico serão reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis;
- Assegurar que, pelo menos, 70% das embalagens plásticas são efetivamente recicladas, através do aumento da recolha e da reciclagem;
- Incorporar, em média, 30% de plástico reciclado nas novas embalagens de plástico;
- Promover atividades de sensibilização e educação aos consumidores (atuais e futuros) para a utilização circular dos plásticos.

Com esta iniciativa, Portugal integra o grupo dos países pioneiros da rede global de Pactos para os Plásticos, ao lado da Holanda, Reino Unido, França, Chile e África do Sul. Todos têm em comum a visão da Nova Economia para os Plásticos da Fundação Ellen MacArth. Acredito que este Pacto, liderado pela Associação Smart Waste Portugal, uma associação jovem (criada em 2015) mas que já é uma referência nacional no processo de transição para a economia circular e deu provas de uma grande capacidade mobilizadora, vai conseguir atingir com sucesso os objetivos a que se propôs e pode vir a ser um exemplo inspirador para a criação de outros pactos semelhantes, em setores como o dos equipamentos elétricos e eletrónicos, os têxteis ou a construção civil, entre outros. **IA**



COMPONENTES PARA MANIPULAÇÃO DE SÓLIDOS SECOS

Válvulas deslizantes, válvulas desviadoras e soluções para manipulação de cargas



ALPHA ENGENHARIA

Tel: +351 220 136 963 · Telmv: +351 933 694 486
info@alphaengenharia.pt · www.alphaengenharia.pt